

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO

(Arts. 394 a 811 e
legislação complementar)

Fernando da Costa Tourinho Filho

15^a edição

2

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO – PROCESSO E PROCEDIMENTO

Processo. Noções gerais	17
Conceito de procedimento.....	19

LIVRO II DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE

TÍTULO I DO PROCESSO COMUM

DO PROCEDIMENTO DE FORO SEM PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	21
CAPÍTULO I – Da instrução criminal – arts. 394 a 405	21
CAPÍTULO II – Do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri – arts. 406 a 497.....	55
ORIGEM DO JÚRI	57
<i>Seção I</i> – Da acusação e da instrução preliminar – arts. 406 a 412	74
<i>Seção II</i> – Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária – arts. 413 a 421	80
<i>Seção III</i> – Da preparação do processo para julgamento em plenário – arts. 422 a 424.....	99
<i>Seção IV</i> – Do alistamento dos jurados – arts. 425 e 426	105
<i>Seção V</i> – Do desaforamento – arts. 427 e 428	109
<i>Seção VI</i> – Da organização da pauta – arts. 429 a 431	116
<i>Seção VII</i> – Do sorteio e da convocação dos jurados – arts. 432 a 435	118

<i>Seção VIII – Da função do jurado – arts. 436 a 446.....</i>	120
<i>Seção IX – Da composição do Tribunal do Júri e da formação do Conselho de Sentença – arts. 447 a 452.....</i>	132
<i>Seção X – Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri – arts. 453 a 472.....</i>	135
<i>Seção XI – Da instrução em plenário – arts. 473 a 475.....</i>	153
<i>Seção XII – Dos debates – arts. 476 a 481</i>	159
<i>Seção XIII – Do questionário e sua votação – arts. 482 a 491.....</i>	172
QUESTIONÁRIO.....	175
Ordem dos quesitos.....	175
EXEMPLOS DE QUESITAÇÃO.....	178
– Homicídio	178
– Tentativa de homicídio.....	179
– Tentativa branca.....	179
– <i>Aberratio ictus</i>	180
– Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio	180
– Infanticídio.....	181
– Aborto provocado pela gestante	182
– Aborto provocado com o consentimento da gestante	182
– Aborto provocado por terceiro com consentimento da gestante (quesitos relativos ao terceiro).....	183
– Aborto provocado sem o consentimento da gestante	183
– Aborto qualificado	183
Inimputabilidade	184
Semi-imputabilidade.....	185
– Embriaguez completa ou a hipótese do art. 45 da Lei n. 11.343/2006.....	185
<i>Seção XIV – Da sentença – arts. 492 e 493</i>	195
<i>Seção XV – Da ata dos trabalhos – arts. 494 a 496</i>	201
<i>Seção XVI – Das atribuições do Presidente do Tribunal do Júri – art. 497</i>	204
SÚMULA DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	206
CAPÍTULO III – Do processo e do julgamento dos crimes da competência do Juiz singular – arts. 498 a 502	208
SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	209
Revogação obrigatória e facultativa	222

Vantagens do instituto	223
Inocorrência da suspensão	223

TÍTULO II DOS PROCESSOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I – Do processo e do julgamento dos crimes de falência – arts. 503 a 512	224
CAPÍTULO II – Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos – arts. 513 a 518	224
CAPÍTULO III – Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do Juiz singular – arts. 519 a 523... 	231
CAPÍTULO IV – Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial – arts. 524 a 530-I	246
CAPÍTULO V – Do processo sumário – arts. 531 a 540	262
AS NOVIDADES INTRODUZIDAS PELA LEI N. 9.099/95 NO QUE RESPEITA ÀS CONTRAVENÇÕES E OUTRAS INFRAÇÕES PENais	267
O PROCEDIMENTO NOS TERMOS DA LEI N. 9.099/95, ABRANGENDO TODAS AS CONTRAVENÇÕES E OS CRIMES A QUE A LEI COMINE PENA MÁXIMA NÃO SUPERIOR A DOIS ANOS, SUJEITOS OU NÃO A PROCEDIMENTO ESPECIAL	270
Transação	270
Procedimento sumaríssimo	278
CAPÍTULO VI – Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos – arts. 541 a 548	280
CAPÍTULO VII – Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso – arts. 549 a 555	286

TÍTULO III DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DOS TRIBUNAIS DE APelação

CAPÍTULO I – Da instrução – arts. 556 a 560	288
CAPÍTULO II – Do julgamento – arts. 561 e 562	288
A SESSÃO DE JULGAMENTO NO STF	293
A SESSÃO DE JULGAMENTO NO STJ	294
A SESSÃO DE JULGAMENTO NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3 ^a REGIÃO	294

A SESSÃO DE JULGAMENTO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	295
OBSERVAÇÕES QUANTO À COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS	297

LIVRO III DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

TÍTULO I DAS NULIDADES

Arts. 563 a 573	299
-----------------------	-----

TÍTULO II DOS RECURSOS EM GERAL

Conceito	331
Duplo grau de jurisdição	332
Fundamento	336
Pressuposto lógico	337
Pressuposto fundamental	337
Classificação da sucumbência	337
Pressupostos objetivos	338
a) Autorização legal e adequação	338
b) Tempestividade	338
c) Observância das formalidades legais	340
Pressupostos subjetivos	341
a) Interesse	341
b) Legitimidade	343
Juízo de admissibilidade	343
Unirrecorribilidade ou singularidade	343
Classificação dos recursos	344
Efeitos.....	345
Extinção anormal dos recursos	348
CAPÍTULO I – Disposições gerais – arts. 574 a 580	351
CAPÍTULO II – Do recurso em sentido estrito – arts. 581 a 592	362
Recursos no Processo Penal.....	363
A enumeração do art. 581 é taxativa?	364

Cabimento	366
CAPÍTULO III – Da apelação – arts. 593 a 606	384
Noções gerais. Conceito	385
Recebida a apelação, pode o Juiz reconsiderar sua decisão? .	386
Há, no recurso de apelação, o juízo de retratação, à semelhança do que se dá no recurso em sentido estrito?	386
Que decisões comportam a apelação?	386
Toda sentença condenatória ou absolutória comporta o recurso de apelação?	388
Forma de interposição	388
Prazo	388
Legitimidade	390
Desistência	391
Temos apelação adesiva?	392
Decisões do Júri	392
Apelação sumária e ordinária	398
CAPÍTULO IV – Do protesto por novo Júri – arts. 607 e 608	412
CAPÍTULO V – Do processo e do julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações, nos Tribunais de Apelação – arts. 609 a 618	416
Dos embargos. Embargos infringentes e de nulidade	418
Prazo	423
Competência	423
Para a interposição dos embargos, deve o réu recolher-se à prisão?	426
Os embargos infringentes no Supremo Tribunal Federal	427
Existem embargos infringentes no Superior Tribunal de Justiça?	431
Embargos de divergência	432
<i>Reformatio in pejus</i> indireta	446
<i>Reformatio in mellius</i>	448
CAPÍTULO VI – Dos embargos – arts. 619 e 620	451
Pressupostos dos embargos declaratórios	453
Prazo	453
Procedimento	453
Extensão	453
Legitimidade	455
Quem os julga	455

Os embargos declaratórios na instância inferior	455
Retratabilidade	455
Suspendem o prazo de outro recurso?	455
E se os embargos forem meramente protelatórios?	456
Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração ...	456
CAPÍTULO VII – Da revisão – arts. 621 a 631	457
O erro judiciário e a coisa julgada	460
A revisão <i>pro societate</i>	461
A revisão criminal no Brasil	463
Natureza jurídica	464
Os fundamentos do pedido	467
Pode o juízo revidendo absolver condenado pelo Tribunal do Júri? A tutela antecipada	472
Oportunidade	489
A ação de revisão criminal é imprescritível.....	489
É possível sua reiteração?	489
Legitimidade	489
CAPÍTULO VIII – Do recurso extraordinário – arts. 632 a 638	506
Noções gerais	506
Conceito. Razão de ser	507
As vicissitudes por que passou o recurso extraordinário a partir de 1937	511
Repercussão geral	515
Procedimento	516
Juízo de admissibilidade	516
Inadmissão do recurso extraordinário	517
Legitimidade	518
Prequestionamento	518
Preparo	519
Inadmissão do recurso	520
Recurso especial	527
Procedimento	529
Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?....	530
Finalidade do recurso especial	532
A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	533
Interposição simultânea	534
Denegação dos recursos excepcionais	534
Prequestionamento no campo do recurso especial.....	535

CAPÍTULO IX – Da carta testemunhável – arts. 639 a 646.....	535
É recurso?.....	535
Cabimento	537
CAPÍTULO X – Do <i>habeas corpus</i> e seu processo – arts. 647 a 667	546
Histórico.....	546
O <i>habeas corpus</i> no Brasil	548
A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A polêmica entre Ruy e Pedro Lessa	550
A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual	554
Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	555
O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação	556
Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	560
Competência originária.....	566
Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> ?	582
<i>Habeas corpus</i> contra ato de particular	582
Liminar em <i>habeas corpus</i>	594
E se a liminar não for concedida? Cabe <i>habeas corpus</i> contra indeferimento de liminar?	595
Concessão e denegação do <i>habeas corpus</i>	598

LIVRO IV DA EXECUÇÃO

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Considerações	605
---------------------	-----

TÍTULO IV DA GRAÇA, DO INDULTO, DA ANISTIA E DA REABILITAÇÃO

CAPÍTULO II – Da reabilitação – arts. 743 a 750	606
---	-----

LIVRO V
DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM
AUTORIDADE ESTRANGEIRA

TÍTULO ÚNICO

CAPÍTULO I – Disposições gerais – arts. 780 a 782	615
CAPÍTULO II – Das cartas rogatórias – arts. 783 a 786	618
CAPÍTULO III – Da homologação das sentenças estrangeiras – arts. 787 a 790	628

LIVRO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Arts. 791 a 811	643
Prazo	646
Espécies de prazo	646
Limites de lugar	647
Tempo dos atos processuais	647
Publicidade	647
Contagem do prazo	658
Término do prazo	659
Término em domingo ou feriado	660
Hipóteses em que os prazos não correm	660
Início da contagem dos prazos	661

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Decreto-Lei n. 3.931, de 11 de dezembro de 1941 – Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941)	685
Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento..	689
Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal	710
Lei n. 8.658, de 26 de maio de 1993 – Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais,	

das normas da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias	720
Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências .	721
Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011 – Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências..	731
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	741
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	753
Súmulas do extinto Tribunal Federal de Recursos	761
<i>Bibliografia</i>	763